

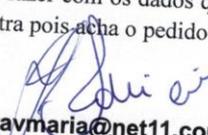


**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.**



Ata 005/2021

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às vinte horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores, em sua sede na Rua Getúlio Vargas, número 636, em Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul, a presidente Adriane Roveda Dallacort e os vereadores Alcione Tremea, Auro André Ferrarini, Érica Vanessa Santori, Gilnei Viero, Joel Nestor Guzela, Junior Longo, Pedro Augusto Stail e Rubia Janaina Dos Santos para a sessão ordinária. A presidente pediu para que o secretário fizesse a leitura da Ata, escrita na íntegra, colocada em discussão e votação a Ata 04/2021 foi aprovada por unanimidade. A presidente solicitou a leitura dos ofícios e correspondências. Colocada em discussão e votação a Pauta foi aprovada por todos os vereadores. O vereador Pedro falou no pequeno expediente sobre os pronunciamentos que foram feitos na sessão anterior. Disse que talvez não tenha ficado claro sobre o que quiz dizer com ter sido um vereador polêmico. Citou que se inscreveu mais de vinte vezes no pequeno expediente, falou sobre diversos assuntos, que na história do município nenhum vereador recebeu carta de repúdio, enquanto ele recebeu quatro ou cinco. Neste sentido, o vereador entende ser um vereador polêmico. Outro assunto foram os 95 votos que obteve. Disse que foram votos conscientes, que não atrapalhou a campanha de ninguém, porém ele foi prejudicado na sua campanha, pois na última semana teve dificuldade em sair pois era seguido por carros; mas referiu que o importante é que hoje ocupa uma cadeira nesta Casa. Disse que ele tem certeza que enquanto a vereadora Cátia estiver na secretaria e o suplente de vereador não assumir ele estará aqui, mas que outros vereadores poderão não terminar o mandato, isso ninguém sabe. Também falou a respeito da transmissão da sessão anterior, o qual foi cobrado por que apenas um vereador se pronunciou. Acredita que houve um descrédito com os demais. Sugeriu que se foi divulgado que ia transmitir a sessão que o fizesse de forma integral ou então que fizesse como o vereador Junior fez em outras ocasiões em que só transmitia seus pronunciamentos. A presidente colocou em discussão o regime de urgência dos Projetos de Lei 04/2021 e 05/2021, ninguém se manifestou colocados em votação foram aprovados por todos os vereadores. Em segunda discussão as Indicações 01/2021 e 02/2021 os Pedidos de Informação 01/2021, 02/2021 e 03/2021 e os Projetos de Lei 03/2021 e 04/2021. Ninguém se manifestou sobre a Indicação 01/2021. O vereador Gilnei se manifestou **a respeito da indicação 002/2021**. Disse que tinha conhecimento que este projeto já existia, porém se informou é uma lei federal de 2008 e já vem sendo seguida, mas a indicação será aprovada, parabenizou a iniciativa e disse que acredita que o Poder Executivo vai apenas informar que a lei já está sendo cumprida. **Sobre o pedido de Informação 001/2021 houve as seguintes manifestações:** A vereadora Rúbia se manifestou contra o Pedido de Informação 001/2021, justificou que não concorda com a divulgação dos nomes das pessoas que estão em dívida ativa. Disse que acredita que cabe a administração cobrar dos devedores, e que não temos conhecimento dos motivos pelos quais as pessoas deixam de pagar suas contas. Pediu aos colegas autores do pedido de informação o que eles pretendem fazer com os dados que receberem da administração? Finalizou dizendo que votará contra pois acha o pedido injusto. O vereador Junior se manifestou também sobre

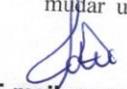
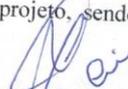

E-mail: camaravmaria@net11.com.br - Fone: 3359-1685 - CNPJ: 24.128.836/0001-34
End: Rua Getulio Vargas, Nº 636 - Vila Maria - RS - CEP 99155-000



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.



Informação 01/2021. Disse que o objetivo deste pedido é uma financeira dos valores e recursos que deixaram de entrar nos cofres públicos, também para se fazer um comparativo do aproveitamento do REFIS que foi aprovado por esta casa. São análises contábil, financeira, orçamentária de dinheiro que pode entrar no município. Referente as informações, disse que não serão divulgadas, porém é direito do vereador saber a respeito da situação econômica do município. A vereadora Érica se manifestou sobre o pedido, dizendo que conforme a lei diz, a função do vereador é fiscalizar, sem divulgar nomes, mas dentro da função do vereador pedir dados e analisá-los. O vereador Pedro se manifestou dizendo que entende que o pedido poderia ser feito pois neste está pedindo nomes, quando se poderia solicitar quantas pessoas devem até o valor "x", sem ter nomes expostos. Por este motivo, disse que votará contra ou se pode mudar o pedido excluindo a relação de nomes. O vereador Gilnei fez uso da palavra, disse que foi procurado por pessoas que estão preocupadas com a divulgação dos nomes, enquanto que alguns agradeceram por terem aprovado o REFIS pois é uma forma dos cidadãos conseguirem pagar suas dívidas. O vereador também é contra a divulgação dos nomes. Acredita que o pedido poderia ser reformulado ou se posicionará contra o pedido se ele for mantido. O vereador Joel fez uso da palavra disse que poderia ter sido pedido em números, por exemplo quanto por cento das pessoas devem até um mil reais, poderia ter sido de uma forma que não aparecessem os nomes, sem os nomes ficaria mais fácil para o poder público, e sempre existe a chance de ocorrer um vazamento de informações. Pensando dessa forma o vereador Joel se coloca contra o pedido de Informação. O pedido de informação 001/2021 foi colocado em votação, e foi rejeitado por 05 votos contrários (vereadores: Joel, Gilnei, Rúbia, Pedro e Auro) e 03 favoráveis (vereadores: Érica, Junior e Alcione). Ninguém se manifestou sobre o Pedido de Informação 002/2021 e 003/2021 e foram aprovados por todos os vereadores. Ninguém se manifestou sobre os Projetos de Lei 002/2021 e 03/2021 e foram aprovados por todos os vereadores. **Em primeira discussão o Pedido de Informação 004/2021;** sobre o qual houveram as seguintes manifestações: O vereador Junior citou Barrão de Montesquieu, filósofo que fez as tri-divisões dos poderes, viveu numa época onde havia antidemocracia, era apenas um poder que mandava e acontecia muitas injustiças. Com isso o vereador lembrou as funções de cada poder, dizendo que quando há invasão de poderes ocorre uma desorganização. Disse que, em seu ponto de vista, entende que o colega Pedro se contradiz no pedido de informação, quando justificou dizendo que ficava difícil pedir nomes, e no entanto, no pedido de informação proposto por ele, também é solicitado nomes. O vereador cobrou dos demais colegas qual a posição que eles vão assumir perante a este pedido, visto que no pedido anterior se colocaram contrários pois o mesmo solicitava nomes? Salientou que se está falando em processos judiciais, não cabe aos vereadores analisar este tipo de ação, cobrou da Comissão de Constituição e Justiça, pois o vereador entende que este seja uma proposição inconstitucional. O vereador concorda com o pedido no aspecto de solicitar o relatório de valores pagos nos últimos quatro anos, mas sempre respeitando a questão do credor, já que este ponto foi questionado anteriormente. Finalizando voltou a pedir para a comissão ver a constitucionalidade do pedido, disse também que não é feio mudar um projeto, sendo que o projeto que foi rejeitado será mudado. O vereador



E-mail: camaravmaria@net11.com.br - Fone: 3359-1685 - CNPJ: 24.128.836/0001-34
End: Rua Getulio Vargas, N° 636 - Vila Maria - RS - CEP 99155-000



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.**



manifestou dizendo que na sua opinião o pedido de informação chega a ser ridículo, pois existem três poderes pra julgar, existem pessoas com formação para fazer isso, quando as pessoas se sentem lesadas, elas têm o direito de buscar reparação. O julgamento de cada processo terá seu parecer, sempre houve e existirá pessoas que se sentem lesadas e buscarão seus direitos. Referente a divulgação dos nomes, essas informações estão no *site*, qualquer pessoa pode acessar e ver. O vereador Pedro também se manifestou. Disse que entende que como representante do povo ele tem o direito de saber onde está sendo investido o dinheiro de contribuinte. O vereador pediu o nome, a questão e o valor que está sendo exigido. Disse que é um direito seu, como vereador, saber quem está lesando os cofres públicos, e que para ele existe diferença sim entre os dois pedidos. Saliu que não importa se a informação está no *site* ele quer que o Poder Executivo forneça. Quanto ao voto dos colegas, disse que cada um tem direito de votar contra ou a favor. Espaço de liderança concedido ao vereador Alcione, o mesmo disse que se o vereador Pedro tem direito de saber o nome de quem tem processos contra a prefeitura ele e os demais vereadores também têm direito de saber o nome de quem está em dívida ativa. Referente ao cidadão ser lesado com o dinheiro público nos dois casos o dinheiro público está em jogo. A questão de os servidores pôr na justiça, disse que o vereador Pedro já está a diversos mandatos nesta casa, e questionou se não faltou fiscalização, porque ocorreu desvio de função? Disse que vai fiscalizar, pois hoje se escuta colegas falando em entrar na justiça pois estão se sentindo lesadas. Espaço de liderança ao vereador Pedro. O vereador disse que este pedido vai ser bastante discutido, e novamente o vereador reitera ser contra o concurso público, pois o concurso dá estabilidade ao funcionário que passa a ter a liberdade de fazer esse tipo de coisa. Na opinião do vereador se não existisse o concurso ou a estabilidade não existiria tantas pessoas pedindo indenização. Segundo ele a estabilidade tira o poder do secretário, pois qualquer coisa que este peça para fazer o servidor usa da desculpa do desvio de função para não fazer. Na visão do vereador a prefeitura deve funcionar como uma empresa particular, e o servidor deverá fazer jus ao salário que recebe. Finalizou dizendo que tem certeza que seu pedido será aprovado e ele receberá as informações, e se ele estiver no direito ele vai divulgar. Espaço de liderança concedido ao vereador Junior, o mesmo falou da disparidade do ponto de vista do colega Pedro, ele tem direito de saber quem tem processos contra a prefeitura, enquanto que os outros vereadores não tem direito de saber quem são as pessoas que estão em dívida ativa. Exemplificou que quando era criança e jogava bolinha de gude, quando estas acabavam ele ia cobrar de quem lhe devia para poder voltar a jogar. Referente a tratar a prefeitura como uma empresa da iniciativa privada, essas empresas cobram quem lhe deve. O vereador convidou a população para se fazer presente na próxima sessão para que eles possam ver os critérios que os colegas vereadores vão usar para votar este pedido de informação. A vereadora Érica disse que falar em ser contra o concurso público é desmerecer quem passa num concurso público. Saliu a capacidade de quem faz um concurso, as pessoas se preparam muito para ser aprovadas. Existem leis, fiscalizações e sempre ocorrem mudanças para que os servidores sejam cobrados caso não desempenhem corretamente suas funções. Disse que entende que se não existir o concurso público vai existir mais politicagem ainda. O vereador Gilnei

**E-mail: camaravmaria@net11.com.br - Fone: 3359-1685 - CNPJ: 24.128.836/0001-34
End: Rua Getulio Vargas, N° 636 - Vila Maria - RS - CEP 99155-000**



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.**



da palavra. Disse que sobre o pedido de informação do colega vereador entende que é necessário mais informações, porém a forma que os vereadores Junior e Alcione se manifestaram o obrigou a se pronunciar. Disse que a forma que eles falam, colocam os vereadores da situação contra a população. Disse que o vereador Alcione referiu que na internet os processos estão liberados para qualquer cidadão ver, porém a dívida ativa, depois de ter vencido, o prefeito tem cinco anos para cobrar, para executar na justiça que vai aparecer o nome. O vereador Gilnei quer entender o processo, porém o vereador Junior faz indagações caso os processos judiciais sejam liberados, sem sigilo o vereador Gilnei será a favor caso contrário não, o vereador pode avisar a comunidade que ele vai se informar antes de votar. O vereador Pedro pediu um aparte ao vereador Gilnei, o qual foi concedido. No aparte o vereador Pedro comparou que se tem gente devendo para a prefeitura que a prefeitura cobre. Já a justiça vai mandar ou não a prefeitura pagar, diferente da prefeitura que não pode cobrar a pessoa. Referente ao concurso público o vereador Pedro disse que já passou no concurso público da prefeitura de Vila Maria, porém trabalhou dois anos e pediu licença, sem problema. Voltou a dizer que não pode existir estabilidade em lugar nenhum. Retornando a palavra o vereador Gilnei disse que vai analisar melhor o pedido de informação. Salientou que os colegas Junior e Alcione não devem generalizar, que deem sua opinião e deixem que os outros vereadores tenham o direito de manifestar as suas. O Pedido de Informação 04/2021 ficou baixado, para que as comissões emitam o parecer. Nada mais em pauta a presidente abriu espaço para explicações pessoais. A vereadora Érica disse que sobre o projeto de estágio, ela tem conhecimento que existe uma lei federal, porém ela com cinco anos como conselheira tutelar entende que devemos pôr em prática e melhorar as leis, tanto do jovem aprendiz quanto a dos estágios. Também referiu que as sessões devem ser públicas, e facilitar este acesso, como ter sessões itinerantes, transmissões pelo facebook ou rádio, alguma forma que as pessoas possam ter acesso facilmente. Outro aspecto que a vereadora levantou foi o orçamento participativo. O vereador Alcione se manifestou a respeito do concurso público, ele entende que concurso é necessário e no nosso município já faltam pessoas. Citou o setor de obras que tem serviços para fazer como é o caso de ruas com mato, pedras e terra atrapalhando o fluxo. Faltam operários. Outro aspecto é o caso do fundão, do prejuízo que o fundão tem com os contratos pois estes o valor vai para o INSS. Solicitou uma cópia da Ata de 31 de março de 1997, quando foi aprovada a lei do fundão. Que nesta época o colega Pedro era vereador, e que esta cópia vai nos mostrar se o vereador foi contra ou a favor da criação do fundo próprio. Quanto a colocação do vereador Pedro que os servidores que estão de atestado devem ser pagos pelo fundão, o vereador entende que não é prejudicando um órgão que se resolve o problema do outro. Referente as colocações da colega vereadora Rubia, que os servidores fazem de propósito estragar os caminhões, o colega vereador Auro foi secretário, chefe do vereador Alcione durante quatro anos e disse que não teve reclamações, que acredita que se estraga uma máquina quando se tem excesso de peso, ou o tipo de serviço. Disse que se a vereadora viu algo errado do vereador pode cobrar, o funcionário público é servidor de todos os municípios que pagam seus impostos. A vereadora Rúbia disse que não falou de quem estragou o caminhão, e que quando ela viu algo ela levou a informação para a prefeitura para que

**E-mail: camaravmaria@net11.com.br - Fone: 3359-1685 - CNPJ: 24.128.836/0001-34
End: Rua Getulio Vargas, N° 636 - Vila Maria - RS - CEP 99155-000**



**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO
DE VILA MARIA - RS.**



...s medidas necessárias. Disse que não citou nomes quando comentário. O vereador Pedro disse que deve ter aprovado sim a lei do fundão, ele já fez tanta coisa para o município, nunca prejudicou e não vai fazer nada para prejudicar o município, diferente de muita gente que quer prejudicar. Disse que está aqui para colaborar. Também referiu que o processo judicial é público, diferente do nome das pessoas que estão em dívida ativa. Disse que ele não quer prejudicar nem o município nem o fundão; ele é contra o concurso público com esse tipo de estabilidade. A estabilidade preocupa e deveria preocupar a todos, pois dá muitas regalias. Citou que quando foi questionado sobre entrar ou não na justiça, ele se posicionou sempre contra, pois a prefeitura sempre pagou certo, sendo justa com seus servidores. A presidente passou a presidência para se manifestar. Em seu pronunciamento a vereadora Adriane pediu para que neste momento de pandemia as pessoas se ajudem, contribuam para o melhor do município, disse que existem divergências políticas, posições contrárias, mas é necessário pensar no bem comum. Disse que assumiu um compromisso com a população de ser facilitadora, prezando pelo respeito e ética. Pediu que os demais colegas procurem respeitar e ter ética dentro desta Casa. Ninguém mais se manifestou. A presidente convocou os vereadores para a próxima sessão, após o recesso, no dia primeiro de março de dois mil e vinte e um e encerrou a sessão da qual se lavrou esta ata que lida e achada conforme vai assinada pela Secretária Legislativa, pela Presidente e Secretário da Mesa Diretora.

Dinora S. Dalmagro
Dinora S. Dalmagro
Secretária Legislativa

Adriane R. Dallacort
Adriane Roveda Dallacort
Presidente

Joel Nestor Guzela
Joel Nestor Guzela
Secretário

Aprovado (-)

por (8) a (0) votos

Data 01/03/2021

Adriane R. Dallacort